

Rodrigo Duque Estrada Roig

Execução Penal

teoria crítica

4ª edição

2018

saraiva  jur

ISBN 978-85-472-2236-9

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Roig, Rodrigo Duque Estrada

Execução penal : teoria crítica / Rodrigo Duque Estrada
Roig. – 4. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018.

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

1. Execução penal 2. Direito penal I. Título.

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

17-1145

CDU 343.8(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Execução penal 343.8(81)

Vice-presidente Cláudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin
Conselho editorial**Presidente** Carlos Ragazzo**Consultor acadêmico** Murilo Angeli Dias dos Santos**Gerência****Planejamento e novos projetos** Renata Pascual Müller**Editorial** Roberto Navarro**Edição** Ins Ferrão**Produção editorial**

Ana Cristina Garcia (coord.)

Luciana Cordeiro Shirakawa

Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital

Mônica Landi (coord.)

Claudirene de Moura Santos Silva

Guilherme H. M. Salvador

Tiago Dela Rosa

Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos

Clarissa Boraschi Maria (coord.)

Juliana Bojczuk Fermiro

Kelli Priscila Pinto

Marília Cordeiro

Fernando Penteado

Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos

Laura Paraíso Buldini Filogônio

Diagramação e revisão

Microart Design Editorial

Comunicação e MKT

Carolina Bastos

Elaine Cristina da Silva

Capa

Roney Camelo

Produção gráfica

Marli Rampim

Impressão e acabamento

Gráfica Paym

Data de fechamento da edição: 16-11-2017Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604420 CAE 623650

1113777

SUMÁRIO

Agradecimentos	5
Prólogo	13
Apresentação	19
Introdução: bases para uma teoria redutora de danos na execução penal	21
1. Princípios da execução penal	31
1.1. Princípio da humanidade.....	33
1.2. Princípio da legalidade	42
1.3. Princípio da não marginalização (ou não discriminação) das pessoas presas ou internadas.....	51
1.4. Princípio da individualização da pena.....	65
1.5. Princípio da intervenção mínima.....	66
1.6. Princípio da culpabilidade.....	70
1.7. Princípio da lesividade	75
1.8. Princípio da transcendência mínima.....	76
1.9. Princípio da presunção de inocência.....	82
1.10. Princípio da proporcionalidade	87
1.11. Princípio da celeridade (ou razoável duração) do processo de execução penal.....	92
1.12. Princípio do <i>numerus clausus</i> (número fechado).....	100
2. Natureza jurídica da execução penal	117
3. Jurisdição na execução penal	121
4. Execução provisória da pena	125
4.1. Execução provisória de pena restritiva de direitos.....	130
5. Direitos não atingidos na execução	131
6. Disposições relativas aos condenados e internados	159
6.1. Assistência ao preso, internado ou egresso.....	165

7.	Trabalho penitenciário	181
7.1.	Trabalho externo.....	190
8.	Deveres e disciplina	197
8.1.	Deveres.....	197
8.2.	Disciplina.....	200
8.2.1.	Poder disciplinar na execução penal	206
8.2.2.	Faltas disciplinares de natureza grave	220
8.2.3.	Regime disciplinar diferenciado	258
8.2.4.	Transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima	270
8.2.5.	Prescrição de faltas disciplinares.....	272
8.2.6.	Sanções disciplinares.....	275
8.2.7.	Recompensas.....	282
8.2.8.	Procedimento disciplinar	284
9.	Órgãos da execução penal	291
9.1.	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária... ..	293
9.2.	Juízo da execução.....	295
9.3.	Ministério Público	297
9.4.	Conselho Penitenciário	299
9.5.	Departamentos penitenciários	303
9.6.	Patronato	305
9.7.	Conselho da Comunidade	305
9.8.	Defensoria Pública.....	307
10.	Estabelecimentos penais	317
10.1.	Penitenciária	325
10.2.	Colônia agrícola, industrial ou similar.....	326
10.3.	Casa do albergado.....	327
10.4.	Centro de observação	328
10.5.	Hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.....	328
10.6.	Cadeia pública	331
11.	Execução das penas em espécie	333
11.1.	Regimes de cumprimento de pena	334
11.2.	Crime continuado e concurso formal de crimes na execução penal.....	344
11.3.	Progressão de regime.....	351

11.3.1. Requisitos objetivos	354
11.3.2. Requisitos subjetivos	368
11.3.3. Progressão de regime para preso estrangeiro.....	375
11.3.4. Competência.....	377
11.3.5. Possibilidade de apreciação de progressão de regime em sede de <i>habeas corpus</i>	377
11.3.6. Progressão para o regime aberto.....	378
11.4. Prisão-albergue domiciliar	383
11.4.1. Hipóteses de prisão-albergue domiciliar.....	385
11.4.2. Prisão domiciliar substitutiva da prisão preventiva ..	389
11.5. Regressão de regime.....	392
11.6. Autorizações de saída	398
11.6.1. Permissão de saída	399
11.6.1.1. Características da permissão de saída	399
11.6.2. Saída temporária	400
11.6.2.1. Características da saída temporária	402
11.6.2.2. Revogação da saída temporária	411
11.7. Remição de pena	414
11.7.1. Novas hipóteses de remição	433
11.8. Livramento Condicional	437
11.8.1. Requisitos objetivos	441
11.8.2. Requisitos subjetivos.....	450
11.8.3. Condições do livramento condicional.....	456
11.8.4. Livramento condicional para presos estrangeiros	460
11.8.5. Suspensão do livramento condicional	462
11.8.6. Revogação do livramento	464
11.8.7. Extinção da pena.....	467
11.8.8. Possibilidade de apreciação de livramento condicional em sede de <i>habeas corpus</i>	468
11.9. Monitoração eletrônica	469
12. Reabilitação	477
13. Penas restritivas de direitos	481
14. Suspensão condicional da pena (<i>sursis</i>)	489
15. Prescrição da pretensão executória	495

16. Execução da pena de multa	497
17. Execução das medidas de segurança	501
17.1. Prazos da medida de segurança.....	515
17.2. Prescrição da medida de segurança.....	520
17.3. Detração da medida de segurança.....	521
18. Incidentes de execução	523
18.1. Conversões	523
18.2. Excesso ou desvio de execução.....	529
18.3. Anistia	530
18.4. Indulto e comutação de penas.....	533
18.4.1. Natureza da sentença que concede o indulto e a comutação	537
18.4.2. Indulto e comutação de pena em crimes hedion- dos	538
18.4.3. A relação entre graça e indulto.....	542
18.4.4. Modalidades de indulto.....	543
18.4.5. Requisitos subjetivos para a comutação e o indulto..	557
18.4.6. Vedações à comutação e ao indulto	561
18.4.7. Exigência de outros requisitos que não estejam no Decreto Presidencial	565
18.4.8. Procedimento	567
19. Procedimento judicial da execução, agravo em exe- cução e outros recursos	569
20. Superlotação carcerária como mecanismo de violação dos direitos humanos: novos paradigmas	579
20.1. Considerações iniciais sobre a decisão da Corte Europeia de Direitos Humanos.....	579
20.2. Paradigma e exemplo para o Brasil.....	586
20.2.1. Encarceramento em espaços reduzidos.....	586
20.2.2. Superlotação como forma suficiente de tratamento desumano ou degradante	588
20.2.3. Natureza estrutural e sistêmica da superlotação...	590
20.2.4. Relativização da relação jurídica entre Estado e indivíduo	593

20.2.5. Ilegalidade do encarceramento em condições precárias ou de superlotação.....	594
20.2.6. Dever jurídico-constitucional de supressão da superlotação	605
Referências	611